



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLA

RELATORIA: DLA

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 85/2025

OBJETO: Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) – Aprovação do Relatório de Resultado Regulatório da regulamentação do transporte rodoviário de produtos perigosos consubstanciada na Resolução nº 5.998, de 3 de novembro de 2022.

ORIGEM: SUROC**PROCESSO (S):** 50500.185965/2024-86**PROPOSIÇÃO PF/ANTT:** não há**ENCAMINHAMENTO:** À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

1. EMENTA

AVALIAÇÃO RESULTADO REGULATÓRIO DA RESOLUÇÃO Nº 5.998/2022 QUE REGULAMENTA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS. DESENHO REGULATÓRIO COERENTE, ADEQUADO E COM ELEVADO POTENCIAL DE EFETIVIDADE. NECESSIDADE DE INCORPORAÇÃO DE ATUALIZAÇÕES TÉCNICAS ALINHADAS ÀS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS – COMO O *ORANGE BOOK* DA ONU E O ADR EUROPEU – E SUGESTÕES DO SETOR REGULADO. PROJETO INTEGRANTE DA AGENDA REGULATÓRIA BIÊNIO 2025/2026.

2. DO OBJETO

2.1. Trata-se de proposta de deliberação da Diretoria Colegiada acerca do Relatório de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR), subtipo “avaliação de desenho”, da Resolução ANTT nº 5.998, de 2022. O objetivo é verificar a consistência, coerência e eficácia do desenho regulatório implementado para disciplinar o transporte rodoviário de produtos perigosos.

3. DOS FATOS

3.1. O pleito vem à apreciação da Diretoria após a conclusão do Relatório de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) da Resolução nº 5.998, de 2022 (SEI nº 31019760), que trata do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, aprova suas Instruções Complementares, e dá outras providências.

3.2. A Avaliação de Resultado Regulatório apresentada tem por objetivo avaliar a consistência, coerência e eficácia da intervenção regulatória implementada no transporte rodoviário de produtos perigosos, tendo em vista que o escopo do Projeto “Adequação da Resolução ANTT nº 5.998, de 03 de novembro de 2022, à 23ª edição do *Orange Book*”, aprovado pela Deliberação nº 457 de 14 de novembro de 2024 (SEI nº 28235580), é a incorporação, à regulamentação nacional, de novas prescrições trazidas pela edição mais recente do regulamento internacional que fundamenta o normativo brasileiro, para harmonização e convergência técnica.

3.3. Ou seja, trata-se de ARR eletiva, com objetivo de subsidiar o processo de revisão da norma que trata do Regulamento do Transporte de Produtos Perigosos.

3.4. Constam dos autos o Plano de Projeto (SEI nº 28681768) e o Relatório de Avaliação de Resultado Regulatório - ARR (SEI nº 31019760) elaborado pela área técnica responsável.

3.5. Em conformidade com o art. 39, § 2º do [Regimento Interno da ANTT](#) c.c. art. 4º da [Instrução Normativa 12/2022](#), a Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas - SUROC elaborou o Relatório à Diretoria 233 (SEI nº 32589612), a (ARR) Min. Delib. Aprova Relatório ARR (SEI nº 32589603) e o Despacho de Instrução (SEI nº 32901136) com justificativa para a ausência de Parecer da Procuradoria Federal junto à ANTT.

3.6. Conforme Certidão de Distribuição (SEI nº 32982251), os autos foram sorteados a esta relatoria, e oportunamente pautados em Reunião de Diretoria (SEI nº 34009323).

3.7. São os fatos. Passa-se à análise.

4. DA ANÁLISE PROCESSUAL

1. O art. 11, da Resolução nº 5.976 de 7 de abril de 2022 estabelece a competência da Diretoria Colegiada desta casa, sendo o inciso XVII descrita a competência de deliberação sobre os relatórios de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e Avaliação do Resultado Regulatório (ARR).

Art. 11. À Diretoria Colegiada compete exercer as atribuições e cumprir os deveres estabelecidos na Lei nº 10.233, de 2001, analisar, discutir e decidir, em instância administrativa final, as matérias de competência da ANTT, bem como:

(...)

XVII – deliberar sobre os relatórios de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e Avaliação de Resultado Regulatório (ARR), bem como sobre a realização ou dispensa de consulta pública ou audiência pública;

(...)

2. Adicionalmente, o [Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020](#) regulamentou a análise de impacto regulatório e instituiu a agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) com objetivo de integrar o monitoramento e a avaliação quanto aos resultados alcançados com a regulação implementada no processo regulatório dos órgãos e entidades da administração pública federal. O artigo 13 determina que os órgãos e entidades deverão implementar estratégias para integrar a ARR à atividade de elaboração normativa, instituindo-se agenda de ARR, conforme estabelecido no §2º do referido decreto.

Art. 13. Os órgãos e as entidades implementarão estratégias para **integrar a ARR à atividade de elaboração normativa** com vistas a, de forma isolada ou em conjunto, proceder à verificação dos efeitos obtidos pelos atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados.

§ 1º A ARR poderá ter caráter temático e ser realizada apenas quanto a partes específicas de um ou mais atos normativos.

§ 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com competência para edição de atos normativos sujeitos à elaboração de AIR nos termos de que trata este Decreto, **instituirão agenda de ARR** e nela incluirão, no mínimo, um ato normativo de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados de seu estoque regulatório.

3. A Avaliação de Resultado Regulatório apresentada tem por objetivo avaliar a implementação e a efetividade da Resolução nº 5.998, de 2022, que trata do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, aprova suas Instruções Complementares, e dá outras providências.

- 05/08/2025, 11:11SEI/ANTT - 34086493 - Voto DLA
4.

Por sua vez, a Resolução ANTT nº 5.998/2022, objeto da presente ARR, substituiu a Resolução nº 5.947/2021 e consolidou as normas aplicáveis ao transporte rodoviário de produtos perigosos. Sua elaboração considerou recomendações internacionais, como o Orange Book (Regulamento Modelo da ONU) e o ADR europeu (Acordo Europeu para o Transporte de Produtos Perigosos por Rodovia), além de contribuições do setor regulado.
5.

A motivação para a realização da ARR foi o impacto significativo da norma em organizações específicas, conforme previsto no referido [Decreto nº 10.411/2020](#). A análise visou também alinhar a norma às atualizações internacionais e às boas práticas regulatórias.
6.

A metodologia adotada na ARR baseou-se em duas abordagens qualitativas: a **Análise da Teoria da Mudança** e **Análise Comparativa** (benchmarking internacional), tendo em vista a ausência de indicadores quantitativos disponíveis. A primeira permitiu mapear a lógica da intervenção regulatória, enquanto a segunda comparou a Resolução ANTT com normativos internacionais de referência.
7.

A análise demonstrou que a Resolução está estruturada em uma cadeia lógica que relaciona insumos, atividades e resultados esperados. Os requisitos de certificação, sinalização, EPLs, embalagens e documentação foram avaliados como eficazes em promover segurança operacional, proteção ambiental e rastreabilidade.
8.

A comparação com o Orange Book e o ADR evidenciou alta aderência da Resolução às práticas internacionais, tanto em estrutura normativa quanto em exigências técnicas, sinalizando o comprometimento da ANTT com a harmonização regulatória e com a gestão segura e eficiente dessa atividade.
9.

Como resultado, concluiu-se que o desenho regulatório da Resolução ANTT nº 5.998/2022 é coerente, consistente e eficaz, representando um importante avanço na regulamentação do transporte rodoviário de produtos perigosos no Brasil, e consolidando diretrizes fundamentais para a segurança viária, a proteção ambiental e a integridade das pessoas envolvidas nas operações de transporte. Sua manutenção no ordenamento regulatório brasileiro é essencial, uma vez que sua aplicação tem contribuído significativamente para a redução de sinistros e seus impactos no transporte de produtos perigosos, assegurando que veículos, embalagens, sinalizações e procedimentos operacionais estejam em conformidade com boas práticas reconhecidas internacionalmente.
10.

Contudo, necessário reconhecer que essa regulamentação é dinâmica e exige constante atualização frente às evoluções tecnológicas e normativas internacionais.
11.

Nesse sentido, cumpre destacar que a ARR ora submetida à Diretoria Colegiada constitui-se na primeira etapa do ciclo regulatório que deverá culminar na revisão da Resolução nº 5.998, de 2022, conforme previsto no plano do referido projeto, integrante da [Agenda Regulatória](#) biênio 2025/2026, que se organiza da seguinte forma:

5- Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas

Eixo	Projeto	ARR	AIR	EPR	PPCS	AC	AJ	AI
5	Adequação da Resolução nº 5.998, de 3 de novembro de 2022, à 23ª edição do Orange Book	✓ 2º bi 2025	5º bi 2025	6º bi 2025	2º bi 2026	4º bi 2026	5º bi 2026	6º bi 2026

12.
- Desta forma, permanece em andamento as demais etapas do projeto, com previsão de realização de Audiência Pública para o 2º bimestre do ano de 2026, visando garantir transparência nas ações regulatórias da Agência e permitir a participação de todos os interessados na matéria.
13.
- Por fim, justificada ausência de manifestação da PF-ANTT, tendo em vista não se tratar de proposta de ato normativo de caráter geral e abstrato, e também em razão do fato de se tratar de ARR de caráter eletivo, com objetivo de subsidiar o processo de revisão normativa oportunamente. A proposta regulatória ainda será elaborada, no decorrer do projeto de revisão da Resolução nº 5.998/2022, oportunidade em que a PF-ANTT será comunicada para manifestar-se quanto à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa da proposta.
14.
- Ante o exposto, em consonância com as manifestações técnicas presentes nos autos, as quais me alinho e utilizo como razão de decidir, entendo presentes as condições objetivas para aprovação da presente proposta, com fulcro no art. 50 *caput* e §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para APROVAR o Relatório de Avaliação de Resultado Regulatório – ARR, cujo objeto é a regulamentação do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos - Resolução nº 5.998, de 3 de novembro de 2022.

5. DA PROPOSIÇÃO FINAL

- 5.1.
- Ante o exposto, VOTO por aprovar o Relatório de Avaliação de Resultado Regulatório – ARR, cujo objeto é a regulamentação do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos - Resolução nº 5.998, de 3 de novembro de 2022, conforme Minuta de Deliberação (SEI nº 34215576).

Brasília, 28 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)
Lucas Asfor Rocha Lima
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ASFOR ROCHA LIMA**, Diretor, em 28/07/2025, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34086493** e o código CRC **E669DDDC**.